

CHERMONT, MÁRIO

*rev. 1930; junta gov. PA 1930; const. 1934; dep. fed. PA 1935-1937.

Mário Midosi Chermont nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 28 de setembro de 1889, filho de Antônio Leite Chermont e de Júlia Midosi Chermont. Seu avô paterno, Antônio Lacerda Chermont, visconde de Arari, distinguiu-se como primeiro vice-presidente da província do Pará no período de 1866 a 1868. Seu pai, militar, foi deputado no Pará em 1890 e um dos fundadores do jornal *O Estado do Pará*. Seu tio Justo Leite Chermont foi o primeiro governador do Pará na República, de 1889 a 1891, ministro das Relações Exteriores em 1891 e senador pelo Pará nos períodos de 1894-1909 e 1921-1926. Outro tio, Pedro Leite Chermont, foi constituinte em 1891 e deputado federal nos períodos 1891-1893 e 1897-1902. Abel Chermont, seu primo, foi deputado federal pelo Pará de 1918 a 1920, revolucionário e membro da junta governativa do Pará em 1930, Constituinte de 1934 e senador pelo Pará de 1935 a 1937.

Mário Chermont cursou o primário no Ateneu Paraense e o secundário no Instituto Amazônico. De volta ao Rio de Janeiro, concluiu os estudos preparatórios no Colégio Abílio e em seguida viajou para a Europa, onde estudou no Instituto Depuich, em Bruxelas, na Bélgica. De volta ao Brasil, estabeleceu-se novamente na capital do país e ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda acadêmico participou da Campanha Civilista, que promoveu em 1909-1910 a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito em março de 1910. No ano seguinte concluiu o curso de medicina, defendendo tese de doutoramento sobre o fenômeno da insolação.

Iniciou suas atividades profissionais no Pará, tornando-se em 1914 inspetor sanitário do estado. Em 1921 integrou-se à Campanha da Reação Republicana em torno da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, em oposição a Artur Bernardes, que venceu o pleito de março de 1922. Ainda em 1922 alinhou-se ao Partido Republicano Federal, apoiando a candidatura de Lauro Sodré ao governo do Pará.

Um dos líderes da Revolução de 1930 nesse estado, logo após a vitória do movimento integrou a junta governativa provisória paraense que, no dia 24 de outubro, substituiu o governador Eurico de Freitas Vale. Participavam também da junta seu primo Abel

Chermont e o tenente Ismaelino de Castro. Dois dias depois, a junta foi substituída pelo coronel Landri Sales, na qualidade de governador militar. No dia 28 de outubro, contudo, Miguel Chermont retornou ao poder, integrando nova uma junta ao lado de Ismaelino de Castro e do capitão de fragata Antônio Coimbra. No dia 12 de novembro, finalmente, assumiu o tenente Joaquim de Magalhães Barata, como interventor federal no Pará, sendo Miguel Chermont nomeado secretário-geral da Educação e da Saúde Pública. Em 1931 exerceu interinamente as funções de interventor.

Foi um dos fundadores do Partido Liberal (PL) do Pará, organizado em dezembro de 1931 sob a liderança do interventor Magalhães Barata. Nessa legenda, foi eleito em maio de 1933 deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Tomou posse em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta e a eleição do presidente da República (17/7/1934), teve o mandato prorrogado até maio de 1935. Nesse ínterim elegeu-se, em outubro de 1934, deputado federal para a legislatura ordinária que se iniciaria em maio do ano seguinte.

O PL do Pará, majoritário na Assembleia Constituinte estadual, lançou a candidatura do interventor Magalhães Barata ao governo do estado. Discordando dessa posição, Chermont, que era deputado federal, obteve a solidariedade de sete representantes estaduais do PL e firmou acordo com a Frente Única Paraense (FUP) para enfrentar a candidatura Barata. Essa corrente, resultante da aliança entre a FUP e a dissidência liberal, convertendo-se em força majoritária na Assembleia, aprovou a indicação do nome de Chermont para candidato a governador. A situação estadual, entretanto, não oferecia condições normais de segurança para uma disputa tranquila. Em clima de grande tensão, realizaram-se as eleições no dia 4 de abril de 1935, sem a presença dos opositores, impedidos de comparecer ao recinto da Assembleia por tropas policiais e asilados no quartel-general da 8ª Região Militar. A votação, realizada após a convocação de seus suplentes, registrou a vitória de Magalhães Barata. A oposição, contudo, conseguiu, através de recurso legal, impugnar o resultado e convocar novo pleito para o dia seguinte. Enquanto isso, ocorriam violentos conflitos, que deixaram como saldo deputados feridos e dois populares mortos. No dia 6 de abril, o governo federal decretou a intervenção no estado, nomeando o major Roberto Carneiro de Mendonça para executá-la. Empossado no dia 12 de abril, o interventor obteve um acordo entre as facções que, no dia 29 do mesmo mês, elegeram governador José da Gama

Malcher e senadores Abel Chermont e Abelardo Conduru. Em seguida a esses acontecimentos, o grupo que havia apoiado Mário Chermont fundou o Partido Popular (PP) do Pará, que passou a apoiar o governo de Malcher.

No exercício do mandato de deputado federal, Chermont foi um dos fundadores do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, constituído em 11 de novembro de 1935 para defender as liberdades constitucionais e combater o movimento integralista, objetivos esses que se tornaram mais dramáticos a partir da repressão desencadeada em seguida ao malogro do levante comunista de 27 de novembro daquele mesmo ano. O grupo esvaziou-se a partir de março de 1936, quando cinco parlamentares entre seus mais destacados integrantes foram presos.

Chermont teve seu mandato interrompido em novembro de 1937, quando, com a implantação do Estado Novo, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. Retornou então a Belém e, enquanto durou o regime ditatorial, dedicou-se à clínica médica. Com o fim do Estado Novo em 1945 e a redemocratização do país, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em cuja legenda foi eleito, em janeiro de 1947, suplente de deputado à Assembleia Constituinte paraense. Em outubro de 1950 elegeu-se vereador em Belém na legenda da Coligação Democrática Paraense, formada pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Libertador (PL), obtendo a maior votação até então registrada em eleições municipais naquela cidade.

Delegado do Pará ao Congresso sobre a Lepra em 1933, à Conferência Nacional de Educação e à primeira reunião do Instituto de Amparo Social no Rio de Janeiro, foi médico da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Marítimo do Pará, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Pará e membro do Instituto Histórico e Geográfico e da Sociedade Médico-Cirúrgica em seu estado.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de maio de 1951.

Foi casado com Nídia Bezerra Chermont, com quem teve seis filhos.

Publicou artigos no jornal *O Estado do Pará*.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*;

Boletim Min. Trab. (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes*; CRUZ, E. *História do Pará; Diário do Congresso Nacional; Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes; Jornal do Comércio*, Rio (7, 8/5/1951); *Personalidades*; POPPINO, R. *Federal*; ROQUE, C. *Grande*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1937, TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1 e 2).